



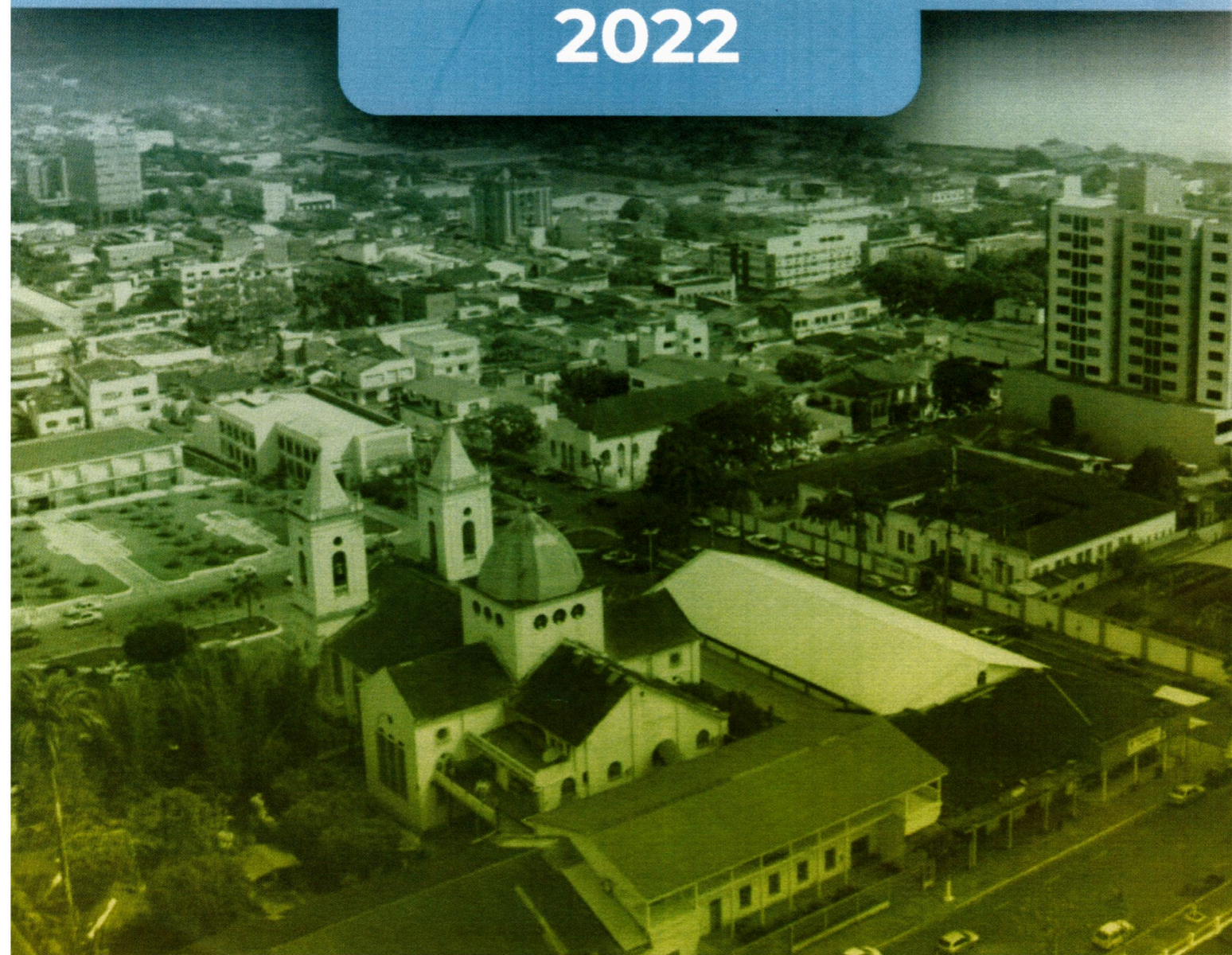
Dep. Legislativo das Comissões
Fls nº 02
Assinatura 9

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

PLOA

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

2022





Dep. Legislativo das Comissões
Fls nº 03
Assinatura G

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

PREFEITO
Hildon de Lima Chaves

VICE PREFEITO
Maurício Fonseca Ribeiro Carvalho de Moraes

SGG – Secretaria Geral de Governo	Sec. Fabrício Grisi Medici Jurado Adj. Devonildo de Jesus Santana
CGM – Controladoria Geral do Município	Controladora: Patrícia Damico do Nascimento Cruz Controladora Adj.: Louise Fernanda Oliveira Araújo Gomes
PGM – Procuradoria Geral do Município	Sec. Luiz Duarte Freitas Júnior Adj. Salatiel Lemos Valverde
SEMAD – Secretaria Municipal de Administração	Sec. Alexey da Cunha Oliveira Adj. Ana Cláudia Magalhães
SEMASF – Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família	Sec. Claudinaldo Leão da Rocha Adj. Joêlna Ramos Holder Aguiar
SEMED – Secretaria Municipal de Educação	Sec.: Gláucia Lopes Negreiros Adj. Basílio Leandro Pereira de Oliveira
SEMES – Secretaria Municipal de Esportes e Lazer	Sec.: Ivonete Gomes da Silva Costa Adj. Edilson Pacheco Pinheiro
SEMAFAZ – Secretaria Municipal de Fazenda	Sec. João Altair Caetano dos Santos Subsecretária da Receita: Maria Sandra Bandeira Subsecretário de Finanças e Contabilidade: João Fernando Erpen
SEMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Sec. Alexandro Miranda Pincer Adj. José Assis Junior Rego Cavalcante
SEMDESTUR – Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Trabalho	Sec. Glayce Annes Barros de Souza Bezerra Adj. Jonathan Pacheco
SEMAGRIC – Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento	Sec. Vinicius Raduan Miguel Adj. Gustavo Volpato Serbino
SEMOG – Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão	Sec. Luiz Guilherme Erse da Silva Adj. José Cântido Pinto
SEMUR – Secretaria Municipal de Regularização Fundiária, Habitação e Urbanismo	Sec. Edemir Monteiro Brasil Neto Adj. Gustavo Nobre de Azevedo
SEMUSA – Secretaria Municipal de Saúde	Sec. Eliana Pasini Adj. Marilene Aparecida da Cruz Penati
SEMOB – Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação	Sec. Diego Andrade Lage Adj. Diego Muniz Miranda de Lucena
SEMUSB – Secretaria Municipal de Serviços Básicos	Sec. Wellen Antônio Prestes Campos Adj. Aragoneis Soares Lima
SEMTAN – Secretaria Municipal de Trânsito, Mobilidade e Transportes	Sec. Mauro Ronaldo Flôres Corrêa Adj. Victor de Oliveira Souza
SEMESE – Secretaria Municipal de Resolução Estratégica de Convênios e Contratos	Sec. Rosineide Kempim Adj. Claudio Roberto Oliveira Nascimento
EMDUR – Empresa de Desenvolvimento Urbano	Presidente: Gustavo Beltrame
FUNCULTURAL – Fundação Cultural de Porto Velho	Presidente: Márcio Gomes de Miranda
SML – Superintendência Municipal de Licitação	Superintendente: Guilherme Marcel Gaiotto Jaquini
SGP – Superintendência Municipal de Gastos Público	Superintendente: Valéria Jovania da Silva
ADPVH – Agência de Desenvolvimento de Porto Velho	Presidente: Marcelo Thomé da Silva de Almeida
IPAM – Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores	Presidente: Ivan Furtado de Oliveira
SMTI – Superintendência de Tecnologia da Informação e Pesquisa	Superintendente: Saulo Roberto Faria do Nascimento
SMD – Superintendência Municipal de Integração Distrital	Superintendente: Luiz Cláudio Pereira Alves
SMC – Superintendência Municipal de Comunicação	Superintendente: Benedito Domingues Júnior



Dep. Legislativo das Comissões
Fls nº 04
Assinatura G

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEMPOG

SECRETÁRIO

Luiz Guilherme Erse da Silva

SECRETÁRIO ADJUNTO

José Cantídio Pinto

EQUIPE TÉCNICA

Assessoria Técnica - ASTEC

Jocineide Alves de Souza
Dalmo Luiz Roumie da Silveira
Karla Silva Postiglione
Erinelda Bezerra Kitahara

Departamento de Planejamento Orçamentário - DEPO

Letícia Agnes Gonçalves Barros
Rosane da Silva Cruz
Jéssica de Oliveira Lopes
Flávio Silva Lima
Ábida Souza Santos Aguiar
Lucas Fernando Balbinot
Paulo Tadeu Marques de Carvalho
Glória Socorro Augusta Riça Guarate

Departamento de Planejamento Institucional e Gestão Estratégica - DPGE

Raísa Tavares Thomaz
Camila Fávero Loss Prestes
Filipe Henriques Azevedo Guimarães Baraúna
Iasmin de Magalhães Oliveira Lopes

Departamento de Pesquisa Estatística e Indicadores - DPEI

Rosália Maria Passos da Silva
Meire Darc Dantas de Figueiredo
Carla Caroline Soares dos Santos
José Júnior Silva Lopes

CONTATO

Av. Joaquim Araújo Lima, nº 2625. B. Liberdade. CEP 76.803-888.
Telefone: (69) 3901-3127/3122
E-mail: fale.sempog@portovelho.ro.gov.br
www.sempog.portovelho.ro.gov.br



Dep. Legislativo das Comissões
Fls nº 05
Assinatura G

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Porto Velho, 28 de outubro de 2021.

PROTÓCOLO

Divisão das Comissões

Proj. de Lei nº 4296/2021

MENSAGEM Nº 54 / 2021

Proj. de Lei Comp. nº _____

Resolução _____

Decreto Legislativo _____

Emenda _____

Data 29/10/21 Horário 10:00h

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores,

Recebido em: <u>28/10/2021</u>
Hora: <u>12/00</u>
Protocolo- CMPV

Luciana C. da Silva
Aux. At. Adm. Div. de Protocolo
Em: 28/10/2021

Nos termos do art. 165, inciso III, § 5º da Constituição Federal de 1988 e do art. 127 da Lei Orgânica do Município de Porto Velho, submeto a exame e aprovação de Vossas Excelências o texto do Projeto de Lei n.º 10, de 28 de outubro de 2021 que *“Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Porto Velho para o Exercício Financeiro de 2022”*.

O presente Projeto de Lei compreende os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, **elaborados de acordo com a proposta contida no Projeto de Lei n.º 09, de 30 de setembro de 2021, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2022 e dá outras providências” (Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO para o exercício 2022)**, devidamente compatibilizados com a base estratégica contida no Plano Plurianual (PPA) para período 2022-2025, que contempla as vinculações entre as ações/iniciativas do Plano de Governo da atual Gestão e as diretrizes estratégicas/temáticas contidas no Plano Diretor Participativo, aprovado pela Lei Complementar Municipal n.º 838, de 4 de fevereiro de 2021, **conjugados com as premissas norteadoras dos Planos Setoriais de Saúde, Educação e de Assistência Social**, que instrumentalizam o segmento social da estrutura administrativa da Prefeitura de Porto Velho e expressam significativo percentual dos recursos consignados no Orçamento Municipal.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Dep. Legislativo das Comissões
Fls nº 06
Assinatura 6

Na construção do Orçamento Programa 2022 (proposta) que ora se submete a essa Egrégia Casa Legislativa, **atentou-se ao cumprimento dos preceitos constitucionais, principalmente no que tange à aplicação de recursos públicos em saúde e educação**, em cumprimento ao disposto nos artigos 198 e 212 da Constituição Federal de 1988 (CF/88), assim como em relação aos **recursos destinados ao cumprimento das sentenças judiciais, aos recursos originários de convênios contratados e realizáveis no exercício 2022 e aos recursos necessários para a amortização da Dívida Fundada**, em respeito à responsabilidade fiscal incidente nas parcelas a serem resgatadas no curso da operacionalização orçamentária do exercício 2022.

É imperioso destacar que **a construção do presente Projeto de Lei Orçamentária pautou-se pela observância à metodologia desenvolvida pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEMPOG da Prefeitura de Porto Velho para a construção do Projeto de Lei n.º 08, de 30 de setembro de 2021 que “Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Porto Velho para o quadriênio 2022-2025”**, que tem como premissa basilar a **racionalização e otimização do dispêndio público** direcionados a promover **melhorias estruturantes, intraorganizacionais e no contexto urbano**, capazes de elevar a qualidade de vida do cidadão portovelhense.

No curso da elaboração do presente Projeto de Lei, buscou-se, ainda, dar continuidade à preservação do **equilíbrio fiscal** que o Município de Porto Velho vem apresentando nos últimos cinco anos que, **em função dos impactos econômicos ainda derivados da pandemia causada pelo coronavírus (COVID-19) iniciada em março de 2020**, tendem a impor uma **constante vigilância aos parâmetros referentes às receitas e ao controle permanente em relação à aplicação dos recursos públicos**.

Dessa forma, se verifica a plena observância dos princípios de eficiência, eficácia e efetividade em sua concretização, bem como a **continuidade dos investimentos nos projetos infraestruturantes realizados por esta Administração (Programa de Asfaltamento, Saneamento Básico, Saúde e**



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Dep. Legislativo das Comissões

Fls nº 07

Assinatura G

Educação), mantendo-se o propósito permanente do Governo Municipal com a manutenção e preservação dos equipamentos públicos, da limpeza urbana e das políticas sociais para atendimento à sociedade portovelhense menos favorecido.

Diante do conjunto de fatos expostos e, sobretudo e em particular, **o cenário de incerteza quanto à retomada do crescimento da economia nacional e seu contínuo fortalecimento**, restou observar, exigir e praticar uma planificação orçamentária (PLOA 2022) **rigorosamente compatível com a projeção dos recursos financeiros a serem arrecadados (Receita Estimada) e destiná-los para despesas e projetos mais exigíveis, que guardam compatibilidade com o que preconiza o Plano Plurianual do Município de Porto Velho 2022-2025 em sua base estratégica (Plano de Governo, Plano Diretor e Planos Setoriais de Saúde, Educação e Assistência Social).**

Ante o exposto, reitero a Vossa Excelência os meus votos de profundo respeito e admiração a essa Egrégia Câmara Municipal, ao tempo em que submeto à aprovação o presente Projeto de Lei.

Respeitosamente,


HILDON DE LIMA CHAVES
Prefeito Municipal

EXMO. SR.

FRANCISCO EDWILSON BESSA HOLANDA NEGREIROS

DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

N E S T A /

**PROTÓCOLO****PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**

Divisão das Comissões

PROJETO DE LEI N.º 10, DE 28 DE OUTUBRO DE 2021.

Proj. de Lei nº 4296/2021

Proj. de Lei Comp. nº

Resolução

Decreto Legislativo

Emenda

Data 29/10/21

*Estima a Receita e fixa a Despesa
do Município de Porto Velho para o
Exercício Financeiro de 2022.*

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, usando das atribuições

que lhe são conferidas no artigo 87, incisos III e IV, e em cumprimento ao disposto no artigo 87, inciso XII c/c artigo 128, inciso III, todos da Lei Orgânica do Município de Porto Velho,

FAÇO SABER que a Câmara de Vereadores do Município de Porto Velho aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Porto Velho para o exercício financeiro de 2022, compreendendo:

- I - o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, e empresas dependentes;
- II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ele vinculados, da Administração Municipal Direta e Indireta, bem como os fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público.

CAPÍTULO II
DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I
Da Receita Total

Art. 2º. A Receita Orçamentária é estimada em R\$ 1.863.418.090,00 (Um bilhão oitocentos e sessenta e três milhões quatrocentos e dezoito mil e noventa reais), compondo-se em:

- I - Orçamento Fiscal, fixado no valor de R\$ 1.207.831.359,00 (Um bilhão duzentos e sete milhões oitocentos e trinta e um mil trezentos e cinquenta e nove reais), e;
- II - Orçamento da Seguridade Social, fixado no valor de R\$ 655.586.731,00 (Seiscentos e cinquenta e cinco milhões quinhentos e oitenta e seis mil setecentos e trinta e um reais).

Art. 3º. As receitas projetadas decorrentes da arrecadação de tributos, contribuições, transferências e de outras receitas previstas na legislação vigente estão discriminadas nos anexos III e VI desta lei.

Parágrafo único. A metodologia utilizada na projeção das receitas primárias para estruturação desta Lei Orçamentária Anual, considerou a potencial inflexão nas receitas municipais, ocasionada, sobretudo, pelos reflexos da instabilidade que experimenta a



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

conjuntura econômica nacional (**ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA**, reconhecida em âmbito municipal pelo Decreto Municipal n.º 16.612, de 23 de março de 2020, em função da pandemia provocada pelo COVID-19), de forma a compatibilizar a projeção das receitas do Município de Porto Velho com os cenários prospectivos elaborados pela União Federal e pelo Estado de Rondônia.

Seção II Da Fixação da Despesa

Art. 4º. A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em R\$ 1.863.418.090,00 (Um bilhão oitocentos e sessenta e três milhões quatrocentos e dezoito mil e noventa reais), compondo-se em:

I - Orçamento Fiscal, fixado em R\$ 1.180.211.405,00 (Um bilhão cento e oitenta milhões quatrocentos e cinco mil quatrocentos e cinco reais), e;

II - Orçamento da Seguridade Social, fixado em R\$ 683.206.685,00 (Seiscentos e oitenta e três milhões duzentos e seis mil seiscentos e oitenta e cinco reais).

Parágrafo único. Do montante fixado no inciso II deste artigo, a parcela de R\$ 27.619.954,00 (Vinte e sete milhões seiscentos e dezenove mil novecentos e cinquenta e quatro reais) será custeada com recursos do orçamento fiscal.

Seção III Da Distribuição da Despesa por Órgão

Art. 5º. As despesas, fixadas por órgão, categoria econômica e grupo de despesa estão discriminadas e estimadas nos anexos IV e VII desta lei.

Seção IV Da Autorização e dos Limites para Abertura de Créditos Adicionais Suplementares

Art. 6º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares com a finalidade de atender insuficiências nas dotações orçamentárias consignadas aos grupos de despesas de cada categoria de programação, em conformidade com o previsto no art. 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 1º. Para abertura dos créditos adicionais suplementares definidos no *caput* desse artigo, será observado o percentual e limites definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2022, fixado em até 20% (vinte por cento), a ser calculado com base nas dotações orçamentárias relativas aos orçamentos fiscal e da seguridade social.

§ 2º. O percentual de limite previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2022, abrange os créditos adicionais suplementares, o remanejamento, a transposição e a transferência.

§ 3º. Na apuração do limite definido no § 1º do presente artigo, não serão computados os créditos suplementares abertos para o atendimento de despesas:

I - decorrentes de sentenças judiciais, inclusive aquelas consideradas de pequeno valor nos termos da legislação vigente, cuja suplementação poderá ocorrer até o limite dos valores sentenciados;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

II - com serviços da dívida (juros e amortização da dívida), cuja suplementação poderá ocorrer até o limite das respectivas inscrições;

III - provenientes de Operações de Crédito Internas e Externas, cuja suplementação poderá ocorrer até o limite dos respectivos contratos;

IV - provenientes de recursos de doações, convênios e outras transferências voluntárias, inclusive decorrentes de saldos de exercícios anteriores, cuja suplementação poderá ocorrer até o limite dos respectivos convênios, transferências e aditivos celebrados;

V - a serem suportadas com o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior; e

VI - de pessoal e obrigações patronais.

Seção V

Da Autorização para Contratação de Operações de Crédito

Art. 7º. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar Operações de Crédito por Antecipação de Receita, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário-financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria, inclusive os mencionados nos artigos 32 e 38 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Parágrafo único. Nas Operações de Crédito por Antecipação de Receita preconizadas neste artigo, fica autorizada a concessão das garantias mediante vinculações de dos recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alíneas b, c, d e e, inciso II e III, §§ 3º e 4º da Constituição Federal, preferencialmente, ou de outras fontes de recursos próprios do Tesouro Municipal.

CAPÍTULO III

Disposições Finais

Art. 8º. Conforme previsão contida nos artigos 4º, 13 e 14 da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2022, a metodologia aplicada para estruturação desta Lei Orçamentária Anual (LOA) foi ajustada em relação à projeção das receitas primárias e a fixação de despesas primárias, sobretudo em decorrência de potenciais reflexos da instabilidade econômica provocada pela pandemia de COVID-19, de forma a compatibilizar a projeção das receitas do Município de Porto Velho com os cenários prospectivos elaborados pela União Federal e pelo Estado de Rondônia.

Art. 9º. Integram a presente lei os seguintes anexos:

- a) **Anexo I** - Evolução da Receita do Tesouro Municipal – Administração Direta e Indireta – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;
- b) **Anexo II** - Evolução da Despesa do Tesouro Municipal – Administração Direta e Indireta – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;
- c) **Anexo III** - Resumo das Receitas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, Isolada e Conjuntamente, Por Categoria Econômica e origem de recursos – Administração Direta e Indireta;
- d) **Anexo IV** - Resumo das Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, Isolada e Conjuntamente, Por Categoria Econômica e origem de recursos – Administração Direta e Indireta;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

- e) **Anexo V** - Receita e Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, Isolada e Conjuntamente, segundo a Categoria Econômica – Administração Direta e Indireta;
- f) **Anexo VI** - Evolução da Receita do Tesouro Municipal – Administração Direta e Indireta – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;
- g) **Anexo VII** - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, segundo Poder, Órgão e Unidade Orçamentária, por Ação, Fonte de Recursos, Categoria, Grupo de Despesa e Modalidade de Aplicação – Administração Direta e Indireta;
- h) **Anexo VIII** - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, segundo a Função, Subfunção, Programa e Grupo de Despesa – Administração Direta e Indireta;
- i) **Anexo IX** - Recursos de Outras Fontes – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Órgão;
- j) **Anexo X** - Programação Referente à Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino;
- k) **Anexo XI** - Fontes de Recursos por Grupo de Despesas - Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Administração Direta e Indireta;
- l) **Anexo XII** - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Órgão e Unidade Orçamentária, segundo os Programas de Governo, Objetivos, Ações e Metas – Administração Direta e Indireta;
- m) **Anexo XIII** - Detalhamento da Despesa do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – Integração com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- n) **Anexo XIV** - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos Fiscal e Seguridade Social com as Metas Constantes do Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias; e,
- o) **Anexo XV** - Ações da Primeira Infância – Lei Federal n.º 13.257, de 8 de março de 2016.

Art. 10. A reserva de contingência, prevista no artigo 10 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício 2022 observará o percentual de até 2% (dois por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2022, para atendimento das despesas imprevisíveis, passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais supervenientes, bem como para as obrigações constitucionais, legais e obrigatórias.

Art. 11. Na execução da presente Lei Orçamentária Anual observar-se-á o contido na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2022, sobretudo no que tange à eventual reestimativa das receitas municipais, em função do impacto e reflexo da Pandemia Global de Coronavírus COVID-19 no cenário macroeconômico mundial, nacional e estadual, passíveis de afetar a arrecadação municipal e o montante das transferências de recursos legalmente previstas.

Art. 12. Esta lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

HILDON DE LIMA CHAVES
Prefeito Municipal